

“Espírito Santo – A Existência ou não de uma Vocação para o Exterior?”.

Erika da Cunha Ferreira Gomes
Mestranda em Desenvolvimento Econômico – Unicamp
Área: Economia Regional e Urbana
Bacharel em Economia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

1. Introdução

A “Vocação para o Exterior” da economia capixaba tem sido amplamente divulgada pelos meios de comunicação como sendo uma via notável de desenvolvimento e crescimento em comparação aos níveis alcançados do PIB da média nacional.

Entretanto, é papel do economista estudar a natureza de tais resultados e suas conseqüências às estruturas produtivas e sociais de determinada localidade ou país.

Na seção 2 deste trabalho, “Economia espírito-santense liga-se ao mercado nacional”, procuraremos retomar as principais especificidades do processo de formação da economia capixaba, basicamente a partir da década de 1970 desde quando passou a se destacar o processo de desconcentração produtiva no Brasil. Serão discutidos os impactos do amplo sistema de incentivos criados para o estado e a implantação estatal dos “*Grandes Projetos*”.

Serão levantadas ainda questões como o tipo de sua inserção na economia nacional, anteriormente centrado na pequena propriedade, voltado para atender o mercado interno e calcado num sistema de parceria. Mostraremos, pois, como aos poucos esse panorama foi se alterando, desaguando num cenário de concentração da propriedade, produção para a exportação e adoção de relações sociais capitalistas.

Na seção 3 serão debatidos outros tópicos importantes, que dizem respeito, por sua vez, aos impactos sobre as políticas de desenvolvimento do estado do Espírito Santo diante de mudanças da política federal, desde a década de 1980, pelos efeitos da crise da dívida, passando pela década de 1990 e atingindo os dias.

Esses impactos, pois, produziram efeitos consideráveis na alteração na estrutura produtiva, em que as empresas de pequenos e médios ficaram restritas ao mercado local, enquanto que aquelas de maior porte destinaram-se praticamente ao mercado externo.

Há ainda a sedimentação das empresas beneficiadas pelo FUNDAP, basicamente as *tradings*, que se especializaram em operações de comércio exterior, concentraram recursos na Capital e não absorveram a quantidade correspondente de trabalhadores que foram expulsos do campo ou mesmo pela desestruturação produtiva local. Com efeito, surgiram impactos resultantes desse processo, como aumento da desigualdade, do desemprego e também, processos como o de valorização imobiliária de Vila Velha.

Por fim, nas conclusões serão feitos balanços do trabalho, bem como a análise mais detida de certos axiomas quanto ao desempenho econômico do Espírito Santo, sendo o principal, o referente à “vocação” capixaba ao mercado externo.

2. “Economia Espírito-santense liga-se ao mercado nacional”

Tipicamente calcada na pequena propriedade, foi basicamente a partir da década de 1930 que se iniciou a produção madeireira e pecuarista na economia capixaba, além da abertura da fronteira agrícola ao norte do território. Desde a sua colonização essa região se caracterizou pela baixa concentração fundiária e uso do sistema de trabalho de parceria.

Nesse período a indústria ainda se encontrava pouco diversificada, dirigida ainda para a produção de produtos alimentares, madeira, minerais não-metálicos e têxteis, e as indústrias maiores se encontravam estranguladas pelas deficiências de infra-estruturas do estado.

Entretanto, foram nos anos entre 1930 e 1960 que se estreitaram os laços comerciais com a Guanabara, pelo fornecimento de madeira e produtos agrícolas e compra de produtos manufaturados.

Foi nessa fase também que o estado do Espírito Santo passou a realizar a interligação das exportações de Minas Gerais de minério-de-ferro pelo porto de Vitória, integrando-se ao mercado nacional por meio de um “corredor de exportações”, não sendo capaz, portanto, de formar encadeamentos produtivos e excedentes suficientes para alavancar seu processo de industrialização.

Concomitantemente, ocorreu o fechamento da fronteira agrícola ao Norte pela produção madeireira e pecuarista, em detrimento da queda da produção cafeeira. Foi no fim da década de 1950, incentivada pela queda no preço do café, no entanto, que foi estimulada pelo governo a Política de Erradicação dos Cafezais, via concessão de créditos agrícolas.

Houve a extinção de plantações de cafezais antigos, com o objetivo que a produção agrícola capixaba se diversificasse. Entretanto, ao invés da diversificação, o que ocorreu foi queda significativa da atividade cafeeira e a substituição do uso do solo por pastagens destinadas à pecuária, com tendência à crescente concentração de terras. As regiões Sul e Central ainda permaneceram baseadas na pequena propriedade e no sistema de produção de parcerias.

A indústria espírito-santense até o início da década de 1930 ainda se apresentava pouco diversificada. Foi a partir do período de 1939-49, porém, que os setores ditos “tradicionais” da economia (alimentos, principalmente) e bens de capital (mecânica, transporte e elétrica) se desenvolveram. Isso se deveu basicamente pelo efeito multiplicador gerado em virtude de sua implantação inicial (destacando-se a instalação da COFAVI em 1942 e da CVRD), e posteriormente, por conta dos investimentos estatais na indústria de transformação.

Assim, pois, o estado do Espírito Santo passou por um momento de transformações importantes quanto a sua estrutura produtiva na qual houve substituição do café de pequena propriedade pela produção de madeira e pecuária em propriedades de maior extensão. Dessa forma, houve a expulsão dos trabalhadores do campo em direção à capital Vitória e a outros poucos centros urbanos de destaque como Cachoeiro do Itapemirim e Colatina.

Ademais, o fortalecimento da posição de “corredor de exportações” de Minas Gerais fez com que a economia capixaba se integrasse de forma meramente complementar à economia nacional, não sendo capaz, portanto, de formar encadeamentos produtivos aos moldes da economia paulista.

Por conta disso, surgiram grandes reivindicações estaduais em busca de maiores incentivos para o desenvolvimento do estado. Apesar das tentativas, o Espírito Santo não participou dos incentivos destinados à SUDENE, direcionada para o desenvolvimento do Nordeste.

Entretanto, o Espírito Santo era o estado que possuía o menor dinamismo da região Sudeste. Após várias reivindicações, foi criada a CODES - Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo - e o Decreto-Lei 880¹ de 18 de setembro de 1969,

¹ “(...) conferiu ao contribuinte do imposto de renda, pessoa física e jurídica, domiciliada no Espírito Santo, o direito de aplicar as deduções do imposto relativas ao Decreto-lei 221 (pesca), Decreto-lei 55 (turismo) e Decreto-Lei 157 (compra de ações) em outros empreendimentos agrícolas e industriais localizados em território capixaba” (ROCHA, H. C. & MORANDI, 1991)

que incluía outros incentivos como o sistema FUNRES/BANDES/GERES, conforme tabela 1, com o objetivo de estimular a indústria local.

Além da criação desses órgãos, observamos a criação também da EMCATUR – Empresa Capixaba de Turismo - encarregada de promover o turismo no estado, a COPESA – Companhia de Pesca do Espírito Santo S/A, para estimular essa atividade no estado capixaba, o BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo que teria como objetivo fornecer crédito de curto prazo para as empresas e capital de giro, o SUPPIN – Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial – para o desenvolvimento industrial e finalmente, a Bonificação do ICMS – no qual objetivava facilitar o investimento das empresas por meio desse incentivo.

Tabela 1: Espírito Santo - estrutura para o desenvolvimento: instituições selecionadas

Órgão	Ano	Objetivos
EMCATUR (Empresa Capixaba de Turismo)	1967	Empresa de economia mista com objetivo de promover o potencial turístico do Estado, através da captação de recursos financeiros provenientes dos incentivos fiscais federais.
COPESA (Companhia de Pesca do Espírito Santo S/A)	1967	Criada com o objetivo de promover a exploração do potencial da costa capixaba para a pesca industrial. Vinculada a SEIC, foi liquidada em 1976 sem atingir seus objetivos.
CODES (Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo)	1967	Empresa de economia mista responsável pelo planejamento e coordenação das políticas de desenvolvimento local e fomento de atividades produtivas com base em recursos de fundos públicos estadual e extra-estadual.
CODES-CRED (Crédito Financiamento e Investimento S/A)	1967	Subsidiária da CODES com objetivo de captar recursos junto ao público, tinha ainda a função de financiamento para indústrias novas e reaparelhamento e modernização de indústrias pré-existentes. No ano de 1968 é criada a corretora de títulos e valores, no ano de 1971 é criada a corretora de seguros, e no ano seguinte a corretora, fechando assim “o sistema financeiro estadual”[1].
BANESTES (Banco do Estado do Espírito Santo S/A)	1969	Surge da transformação do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo. Passaria a atuar como banco comercial em empréstimos de curto prazo, inclusive com capital de giro para as empresas. Como banco oficial do Estado poderia exercer transações com o próprio Estado e suas empresas
BANDES (Banco de Desenvolvimento do	1969	A lei estadual 2.413/69 transformaria o CODES no BANDES que assumiria a função de ser a principal agência de fomento no Estado

Espírito Santo)		
FUNDAP (Fundo para Desenvolvimento das Atividades Portuárias)	1970	Promover o incremento das exportações e importações do porto de Vitória através de incentivos fiscais. Os exportadores e importadores recebem um financiamento (com base no valor de suas transações) do qual parte deve ser aplicada em projeto industrial, agropecuário, pesca ou turismo até o final do exercício seguinte da contratação do financiamento.
GERES (Grupo Executivo para a recuperação Econômica do Espírito Santo)	1969	Sua função é disciplinar a aplicação dos recursos dos incentivos fiscais depositado no BANDES, inclusive aprovando projetos, planos, pesquisas e estudos relativos à recuperação econômica do estado.
FUNRES (Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo)	1969	Tem por finalidade prestar assistência financeira, sob forma de participação acionária e de operações de crédito, a empreendimentos industriais e agropecuários, localizados no estado do Espírito Santo.
SUPPIN (Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial)	1971	Atuaria como agente de política industrial à medida que visava desenvolver estudos determinando a localização de indústrias; promover e executar obras de infra-estrutura; alienar e arrendar terrenos visando a atração de investimentos e prestar assistência aos empreendimentos. Da sua atuação surgiu o CIVIT (Centro Industrial de Vitória)
Bonificação do ICM	1969	Este instrumento se constituía de uma bonificação do ICM de 50 a 80% do valor a ser recolhido, para investimento igual ou superior a 5.000 salários mínimos ou igual ou superior a 40.000 salários mínimos, respectivamente, por um prazo de até 12 anos.

Fonte: Motta (2000).

Vale a pena destacar o papel do Plano de Metas, em que se incorporaram investimentos para a CVRD, expansão da COFAVI, construção da fábrica de cimento de Barbará em Cachoeiro do Itapemirim, e ainda, pelo Plano Rodoviário Nacional, facilitou-se o escoamento do cacau da Bahia e madeira de Nanuque. Todos esses investimentos, por sua vez, tinham como objetivo reforçar a posição exportadora estratégica do porto de Vitória.

Entretanto, apesar dos esforços realizados, foi principalmente pela realização de um grande plano de investimentos realizados pelo governo federal, denominado “*Grandes Projetos*”, que a expansão, a inserção e a desconcentração espacial da indústria capixaba ocorreram.

A implantação de um grande complexo siderúrgico no estado foi essencial para que a economia capixaba pudesse ser integrada em âmbito nacional. As siderúrgicas de pelotização da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD - próximo ao porto de Vitória, a construção do porto de Tubarão, a fundação da CST e da Aracruz Celulose proporcionaram ao estado elevação no total de sua riqueza e também do país, conforme evolução do PIB estadual frente ao nacional e do VTI abaixo.

Tabela 2: PIB – Taxas Médias de Crescimento (em %) – Vários Períodos

Regiões	1939/1955	1956/1980	1980/2002	1980/1989	1989/2002	1970/1980
AC			3,7	4,7	2,9	9,2
AL	3,5	7,7	1,9	2,0	1,9	10,0
AM	2,0	9,6	4,2	9,0	1,0	15,7
AP			6,1	13,1	1,5	6,8
BA	4,3	9,0	2,2	4,0	0,9	11,7
CE	3,2	7,8	2,9	3,6	2,4	11,0
DF			3,7	0,6	5,8	15,4
ES	5,2	9,5	3,3	5,3	2,0	12,8
GO	6,8	9,2	3,1	1,8	4,1	11,5
MA	2,8	8,4	2,2	2,6	2,0	10,6
MG	5,3	8,0	2,2	3,7	1,1	11,7
MS			2,4	1,8	2,8	
MT	5,9	6,0	5,4	7,4	4,0	4,0
PA	2,6	9,5	2,9	6,9	0,2	14,2
PB	4,2	5,8	3,4	4,3	2,8	9,3
PE	3,2	7,0	2,4	3,5	1,6	8,8
PI	-0,3	8,1	3,2	3,5	2,9	10,5
PR	9,8	9,5	2,4	4,5	0,9	10,9
RJ	4,5	7,0	1,7	0,3	2,6	8,2
RN	4,3	7,5	3,4	5,6	1,8	12,1
RO			5,1	11,7	0,8	21,3
RR			6,4	14,9	0,9	12,8
RS	4,9	7,3	2,1	3,9	0,9	9,4
SC	6,3	9,3	2,9	6,4	0,6	12,6
SE	2,9	7,3	4,8	7,5	3,0	9,1
SP	6,3	8,8	1,6	3,6	0,2	9,8
TO			4,1	1,9	5,6	
Brasil	5,4	8,4	2,1	3,6	1,2	10,3

Produto Interno Bruto (PIB) a preços constantes

Periodicidade: Anual

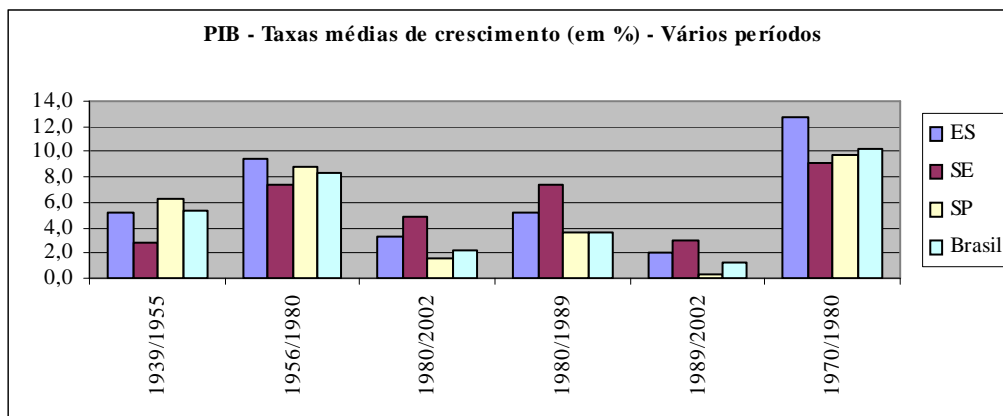
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Unidade: R\$ de 2000(mil)

Em virtude dos investimentos estatais de grande vulto, constatamos um crescimento significativo da economia capixaba, saltando de um PIB 5,2% de 1939 a 1955 para 9,5% entre os anos de 1956 a 1980, ficando, portanto, acima da média

brasileira que partiu de 5,4% e alcançou o PIB de 8,4 % crescimento. Especificamente entre 1970 e 1980 é onde observamos o maior crescimento do PIB capixaba, ou seja, de 12,8%, ficando acima da média brasileira de 10,3% e sendo ultrapassado apenas pelos estados: Amazonas, Pará, Roraima e Distrito Federal.

Podemos melhor visualizar esse crescimento do Espírito Santo por meio do Gráfico 1:



Fonte: Elaboração Própria

Assim como podemos considerar, o estado capixaba tem crescimento destacado no período de 1956 a 1980, ficando acima da média do Sudeste, do crescimento de São Paulo e da média brasileira. No período entre 1970 e 1980 visualizamos um crescimento ainda mais significativo do Espírito Santo, resultado dos sistemas de incentivos e também, dos *Grandes Projetos*.

Esse comportamento se mantém no período de 1980 a 2002. Devemos lembrar que esse comportamento, no entanto, está imerso num contexto de crise brasileira e baixo crescimento do PIB. Subdividindo-se o período entre 1980 a 1989 e 1990 a 2002, verificamos que essa trajetória se mantém, porém em menor magnitude que a fase anterior, de 1956 a 1980². Consta-se que o crescimento do PIB espírito-santense se sobrepõe à média brasileira e paulista, sendo superado apenas pela média do crescimento do PIB do Sudeste.

Tabela 3: Indústria de transformação: participação regional no VTI (Brasil = 100%)

Região/período	1970*	1975*	1980*	1985**	1996**	1998**	2003**
NO ¹	0,8	1,3	2,4	2,6	4,2	3,5	4,5
NE	5,7	6,6	8,1	7,5	7,3	7,1	8,7
MG	6,5	6,3	7,7	8,5	8,4	8,7	8,9

² Apesar da mesma tendência para os dois sub-períodos (1980 a 1989 e 1990 a 2002), vê-se, pois que o crescimento do PIB do primeiro sub-período foi mais expressivo que o segundo, assim como explicaremos a seguir.

ES	0,5	0,6	0,9	1,1	1,1	1,2	1,6
RJ	15,5	13,5	10,6	8	8,1	7,5	8
SP	58,2	55,9	53,4	53,7	50,9	51,1	44
PR	3,1	4	4,4	5	5,4	5,3	7,3
SC	2,6	3,3	4,1	4,1	4,6	4,8	4,8
RS	6,3	7,5	7,3	8,2	7,9	8,2	8,6
CO ²	0,8	1	1,1	1,4	2,2	2,5	3,2

Fonte: * Cano, 1998; ** IBGE - Pesquisa Industrial Anual.

Analisando os dados retirados de Cano (1998), a respeito do comportamento da Indústria de Transformação no VTI regional, percebemos que o Espírito Santo elevou sua participação de 0,5 % de 1970 para 0,6% em 1975 e 0,9% em 1980. Interessante notar que, no prazo de 1970 a 2002, o crescimento da indústria capixaba praticamente triplicou, enquanto que o crescimento de São Paulo caiu de 58,2% para 44 % e do Rio de Janeiro caiu de 15,5% para 8%.

Esse crescimento verificado no período, porém, tanto pela política de incentivos fiscais quanto pelos *Grandes Projetos* vieram acompanhados por outros movimentos na estrutura produtiva industrial e agrícola, como: a pecuarização, o reflorestamento e o esgotamento da fronteira agrícola. Esses fatores, por sua vez, afetaram a estrutura produtiva de pequena propriedade e sistema de parceria, sendo esta substituída por processos de concentração de terras, tornando o estado capixaba “expulsador” de mão-de-obra, conforme tabela 4 abaixo:

Tabela 4: Total Líquido (total de entradas menos de total de saídas)

UF/Regiões	1970	1980	1991	2000
NO	100191	687656	1418865	1701868
MA	158146	-54402	-399683	0
NE	-3668003	-5542546	-6286580	-8647045
MG	-2814561	-3329975	-3058198	-2846540
ES	-166878	-191007	-76478	17310
RJ*	1682749	2025842	1583458	1905530
SP	1915644	4554435	5315038	6675399
PR	2131675	804975	154671	484541
SC	-129807	-159659	-72535	76538
RS	-594321	-710111	-666919	-669363
CO*	984369	1184372	1591657	1709330
DF	400796	730420	806046	827556

Fonte: (Dados Brutos) Censos 1970/80/91/2000, FIBGE, NOTE: RJ*

Em 1970 incluía Guanabara; CO* em 1970 representa apenas GO e MT

Diante na mudança da estrutura produtiva capixaba, e que por sua vez, não foi capaz de absorver a população expulsa do campo, fez desse estado um grande expulsador de mão-de-obra. Enquanto que em 1970 o estado registrava uma saída de 166.878 pessoas, em 1980 houve um aumento para 191.007 pessoas expulsas, ou seja, um crescimento de quase 15%. Em consequência disso, pois, verificaram-se no período, mudanças significativas nas relações de trabalho, sedimentando-se o assalariamento, uma vez que as produções agrícolas e extrativas passaram a se basear em relações capitalistas de produção.

3. Nova configuração da estrutura produtiva capixaba

A partir da década de 1990, entretanto, a capacidade federal de realizar políticas de fomento caiu muito. Muitos dos programas, desenhados com o intuito de promover o planejamento e o desenvolvimento foram desativados. Isso, no entanto, trouxe consequências negativas diretas à concessão de incentivos da União ao Espírito Santo.

O sistema FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo – criado em 1969, criado com o objetivo estimular empreendimentos industriais e agropecuários, tinha seus recursos capitalizados tanto por porcentagens do ICMS quanto por participação societária em empresas e operações de crédito. Durante a década de 1990 os recursos passaram a ser advindos apenas de porcentagens capitalizadas do ICMS, deixando para segundo plano seu papel de financiamento para as atividades locais.

Quanto ao sistema GERES – Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo – e que tinha seus recursos controlados pelo BANDES, o governo deixou disponibilizar nesse banco sua quota parte, ficando a cargo do fundo gerir primordialmente as operações do FUNDAP de estímulo às importações e exportações pelo Porto de Vitória.

O FUNDAP, inicialmente fundado em 1970, tinha o principal objetivo de promover o incremento das importações exportações pelo porto de Vitória, através de concessão de incentivos às importadoras, tais como: retorno às empresas importadoras de 7,2% a 9% do valor de revenda das mercadorias importadas, por meio da concessão de financiamento com prazo de carência de cinco anos mais 20 anos de amortização,

sem correção monetária e juros de 1% a.a., diferimento do pagamento do imposto estadual para o 26º dia do mês seguinte à saída da mercadoria do estabelecimento do importador, 7% do valor financiado fica retido como caução, sendo em seguida liberado para aplicação em investimentos no estado.

Durante a década de 1990, com a abertura comercial, a queda das barreiras alfandegárias e o câmbio valorizado, foram estimuladas as importações, e por conta ainda com esse sistema de incentivos, o estado do Espírito Santo foi um dos grandes favorecidos. Hoje o FUNDAP tornou-se um instrumento da “Guerra Fiscal” e de estímulo à atividade ligada ao comércio exterior.

Dessa forma, houve na região um aumento expressivo de *tradings companies*, que passaram a atuar na Região Metropolitana da Grande Vitória, em atividades mercantis-portuárias, não sendo capaz de absorver toda a população expulsa do campo pela concentração fundiária na região.

Atualmente, as indústrias que mais apresentam crescimento são aquelas voltadas para a indústria de transformação, que salta de 1,05% em 1985 para 1,60% em 2003. Os setores que mais se destacam são: aqueles voltados para a fabricação de celulose, papel e produtos de papel na qual possuía 4,39% do VTI do Espírito Santo em 1985 e foi para 12,10% em 2003, produtos químicos, de 0,28% para 0,42%, minerais não metálicos, de 1,79% para 5,73%, e metalurgia básica de 4,79% para 5,05%, ou seja, aqueles setores altamente concentrados, e que atendem prioritariamente às demandas do exterior.

Os setores ditos “tradicionais” e que respondem basicamente ao mercado interno, tiveram seu crescimento arrefecido, restringindo o mercado interno às pequenas e médias empresas locais, como: o setor de fabricação de produtos alimentícios e que teve queda de 1,53% em 1985 para 0,90% em 2003 e de fabricação de produtos têxteis que passou de 0,75% para 0,27%. Assim, o setor interno, calcado em pequenas empresas capixabas, apresenta tendência declinante, as grandes empresas voltadas para a exportação teriam as melhores taxas de crescimento do Valor de Transformação Industrial (VTI) do estado.

Tabela 5: Participação % no Valor de Transformação Industrial do ES no Brasil

Classificação de atividades (CNAE)	Espírito Santo			
	1985	1996	1998	2003
D Indústrias de transformação	1,05%	1,09%	1,16%	1,60%
15 Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	1,53%	1,43%	1,30%	0,90%

17 Fabricação de produtos têxteis	0,75%	0,79%	0,65%	0,27%
21 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	4,39%	4,63%	4,92%	12,10%
23 Fabricação de coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e de álcool	0,16%	0,19%	0,22%	0,12%
24 Fabricação de produtos químicos	0,28%	0,15%	0,22%	0,42%
26 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1,79%	3,16%	3,52%	5,73%
27 Metalurgia básica	4,79%	5,55%	6,20%	5,05%
28 Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	0,24%	0,39%	0,39%	0,48%
29 Fabricação de máquinas e equipamentos	0,14%	0,24%	0,36%	1,07%
34 Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	0,03%	0,18%	0,15%	0,05%

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual

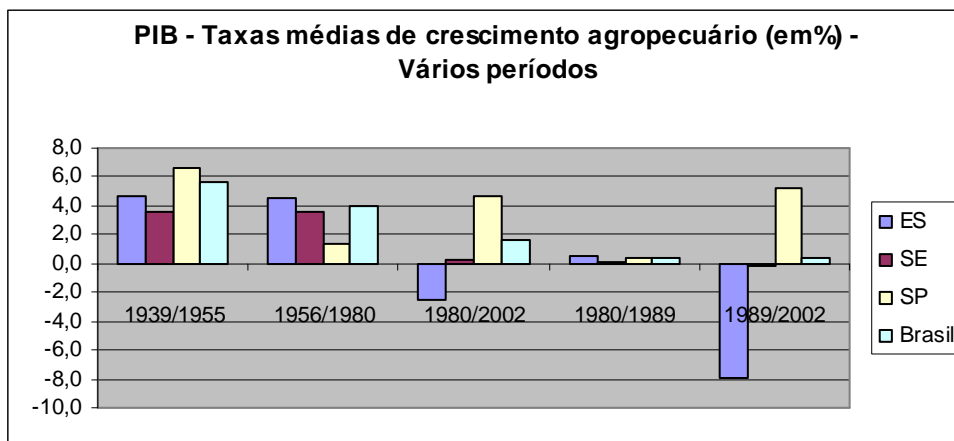
Quanto ao setor agropecuário, verificou-se queda acentuada na sua produção e também em relação ao PIB nacional. Os processos de concentração fundiária e substituição da produção agrícola por pastagens e madeira levaram à queda sistemática no PIB, de 4,7 % de 1939 a 1955 para 4,5% de 1956 a 1980 e finalmente, a -2,5% de 1980 a 2002, bem abaixo da taxa média de crescimento da agropecuária brasileira, que teve desempenho de 1,7%. Dentro desse último período, podemos também dividi-lo em duas partes: a primeira, de 1980 a 1989, que apresentou crescimento de 0,6 % de 1980 a 1989 e a segunda, de 1989 a 2002, com queda significativa de -7,9%.

Tabela 6: PIB - Taxas médias de crescimento agropecuário (em%) - Vários períodos

Regiões	1939/1955	1956/1980	1980/2002	1980/1989	1989/2002
AC			-3,1	-0,8	0,7
AL	4,4	5,0	-2,9	0,2	-5,9
AM	0,6	3,3	1,4	0,5	-1,2
AP			1,9	0,8	-2,0
BA	4,6	5,2	1,1	0,5	-1,4
CE	2,7	3,6	-1,6	0,3	-4,3
DF			6,6	0,8	5,7
ES	4,7	4,5	-2,5	0,6	-7,9
GO	6,4	5,3	2,5	-0,7	9,6
MA	1,6	6,9	-0,6	0,1	-1,7
MG	5,4	4,2	-1,4	0,3	-4,1
MS			0,8	-0,2	3,1
MT	7,1	2,7	6,7	0,6	7,4
PA	1,3	8,9	4,0	1,5	-3,2
PB	5,5	1,3	1,2	0,8	-3,2
PE	2,7	3,1	1,7	0,1	2,5
PI	-1,8	5,1	-1,3	-0,3	-0,3
PR	10,8	6,1	1,1	0,0	1,8
RJ	3,9	1,0	-2,5	0,2	-5,3
RN	5,4	2,1	0,5	1,3	-7,3
RO			4,8	1,4	-1,2
RR			-0,7	-0,6	2,9

RS	5,2	3,5	1,5	0,4	-0,5
SC	6,5	4,7	2,1	0,9	-2,3
SE	3,6	3,5	0,3	0,1	-0,2
SP	6,6	1,3	4,6	0,4	5,2
TO			-1,1	-0,3	0,0
Brasil	5,6	4,0	1,7	0,4	0,3

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do IBGE.

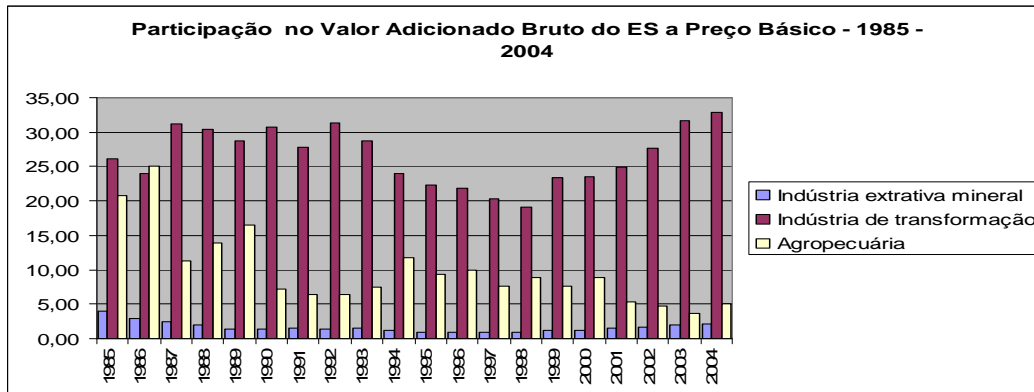
Como podemos melhor visualizar no gráfico 2 acima, a taxa média do crescimento agropecuário capixaba de 1939 a 1955 situava-se maior que a média do Sudeste, ficando abaixo, no entanto, do comportamento de São Paulo e do Brasil. No período seguinte, de 1956 a 1980, verifica-se um crescimento da agropecuária capixaba, superando relativamente às taxas de São Paulo, Sudeste e do Brasil. Entretanto, o período que compreende 1980 a 2002 há uma queda considerável da agropecuária, ao mesmo tempo em que o Sudeste apresenta pouco crescimento, ao contrário do comportamento da agropecuária paulista e a média brasileira. Tomando o período de 1989 a 2002, compreende-se que a queda agropecuária espírito-santense é ainda de maior vulto.

Fazendo, pois, um balanço da estrutura produtiva capixaba, verifica-se que esta passou a se concentrar nas atividades voltadas para a indústria de transformação, principalmente da pelletização do minério-de-ferro e da produção de celulose. Podemos facilmente identificar esse processo a partir de uma comparação feita pela participação no Valor Adicionado Bruto do Espírito Santo para o período de 1985 a 2004, no gráfico 3.

Em todo o período, constatamos que a Indústria de Transformação participa em média em mais de 30% , sendo que desde em 1998 assume tendência ascendente. Ao mesmo tempo, verificamos o comportamento da agropecuária, em trajetória de queda. E

finalmente, a atividade extrativa mineral vem mantendo uma participação praticamente constante na economia capixaba, em torno de 2 a 3%.

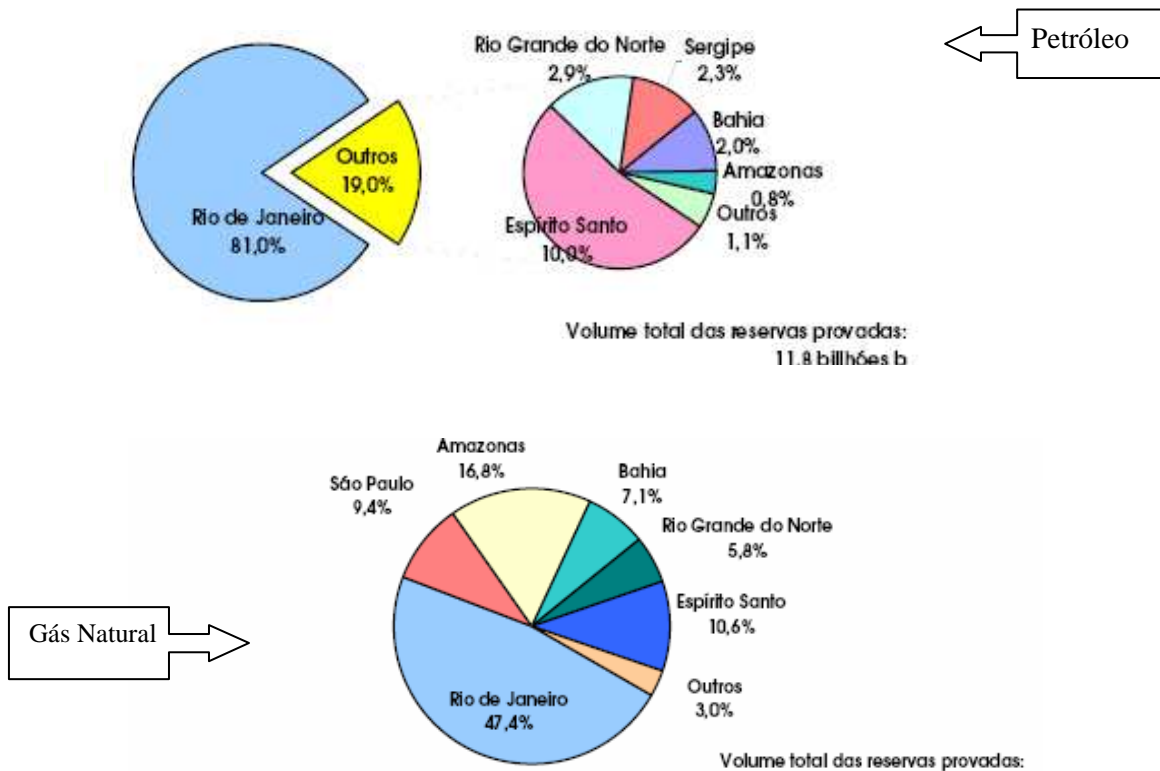
Gráfico 3:



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

A indústria extrativa também possui grande peso na produção do estado, estando principalmente voltada para a extração de rochas ornamentais, madeira e petróleo. Este último, por sua vez, teve sua produção inicialmente na Bacia de São Mateus. No entanto, foram descobertas recentemente novas jazidas, nos campos de Peroá e Cangoá, com reservas estimadas em 10 bilhões de metros cúbicos, o que coloca o estado numa posição de destaque nacional, conforme abaixo:

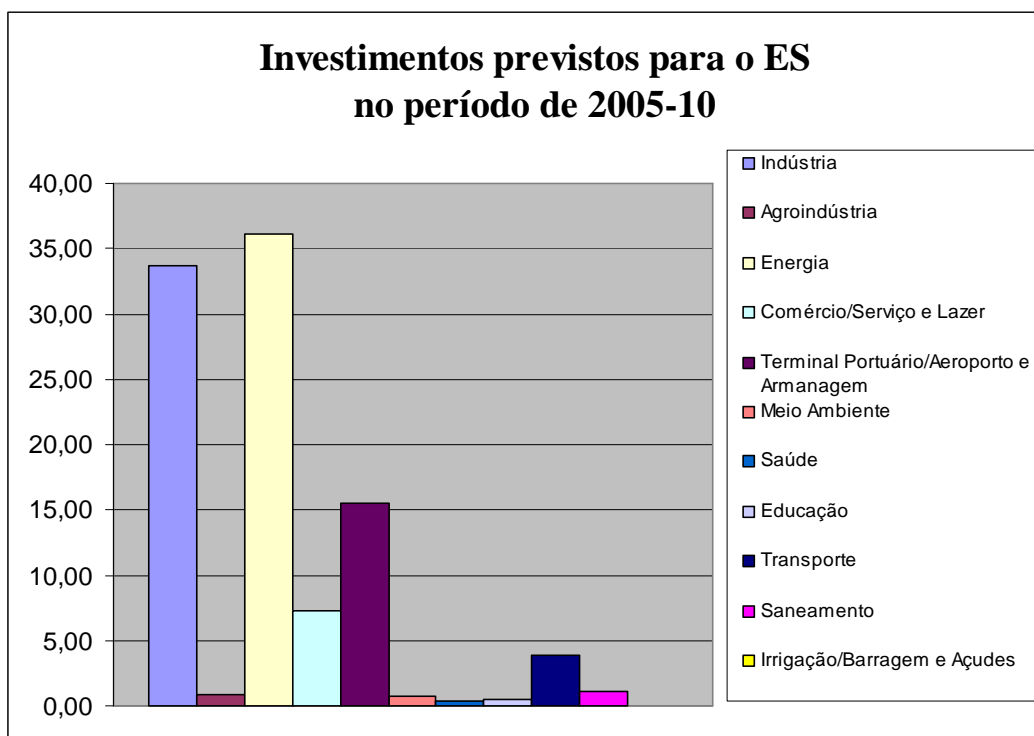
Figura 1: Distribuição Percentual das Reservas Provasdas de Gás Natural e Petróleo em 31/12/2005



Fonte: ANP/SDP (Tabela 2.4).

Nota: Ver em Notas Gerais item sobre "Reservas Brasileiras de Petróleo e Gás Natural".

Analisando-se a previsão dos investimentos a ser realizado no período de 2005 a 2010 no Espírito Santo, compreende-se que a maior deles está concentrada em atividades que privilegiam as exportações, como a indústria extrativa, energia, terminais portuários, aeroportos e armazenagem, comércio, serviços e lazer. Entretanto, as atividades voltadas para atender às necessidades do mercado interno, como: agropecuária, saúde, educação, transportes, saneamento, meio ambiente, irrigação e açudes ficaram para segundo plano.



Fonte: IPES. “Investimentos Previstos para o Espírito Santo, 2005-2010 – Relatório Final, 2005”

A respeito da divulgada “vocação” do Espírito Santo para o comércio externo e exportações, verifica-se que seu grau de abertura é destoante em relação aos outros estados ou mesmo à média brasileira, assim como podemos ver abaixo:

Tabela 7: Coeficiente de Exportações e Importações em relação ao PIB regional.

UF's e Regiões	1970		1975		1980		1985		1990		1994		1998	
	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
Brasil	8,5	7,7	8,9	12,5	9,5	10,8	12,2	6,3	6,7	4,4	7,9	5,8	6,5	7,3
SUDESTE	7,4	9,6	7,0	15,6	9,0	14,0	12,7	9,1	7,0	6,1	8,0	6,2	6,7	8,0
ES	6,5	16,9	3,0	18,0	22,9	23,9	30,2	13,4	18,5	10,1	23,1	17,0	16,5	23,2
RJ	4,4	14,5	1,8	20,9	3,4	23,0	7,3	19,1	2,9	10,5	3,7	2,8	2,1	5,3
MG	12,5	0,3	14,9	0,5	11,9	0,1	16,5	0,2	10,7	1,7	10,5	8,9	10,1	3,6
SP	7,6	9,3	7,2	16,9	9,6	13,9	12,7	7,7	6,7	5,7	7,9	6,0	6,7	9,2
NE	10,3	3,8	14,9	4,4	10,4	6,2	9,5	2,8	5,1	2,8	5,0	4,1	3,7	3,7
NO	11,8	13,0	24,1	12,7	9,4	12,3	7,5	7,4	7,9	6,6	7,5	6,3	7,5	9,6
CO	0,8	0,2	1,1	0,9	0,6	1,8	1,3	0,3	2,4	0,8	3,4	1,7	2,3	1,8
SUL	12,3	4,4	13,4	5,8	13,3	10,6	17,1	3,9	8,1	2,9	10,7	6,5	9,3	7,0

Fonte: IBGE (Anuários Estatísticos e Contas Regionais), dolarizados por média de cada ano.

Enquanto que na década de 1970 o coeficiente de exportações e importações do Espírito Santo era de 6,5% e 16,9% respectivamente, a média do Sudeste, era de 7,4% e 9,6% e média brasileira, de 8,5% e 7,7%. Seu nível de importações era alto porque estava se formando uma grande estrutura produtiva, estimulada pelos Grandes Projetos e pela implantação do sistema de incentivos. A partir de 1980, o estado capixaba apresenta o maior coeficiente de exportações, de 23,9%. Em 1990, apesar da forte crise econômica que assolava o país, o Espírito Santo apresentava o segundo maior coeficiente de exportações, de 10,1%, sendo superado apenas pelo Rio de Janeiro, de 10,5%. Isso se repetiu no ano de 1998 destacadamente, quando o estado apresentou o maior coeficiente de exportações, de 23,2%, superando a média brasileira, o Sudeste e São Paulo.

Isso pode ser explicado tanto pela existência de empresas de grande porte voltadas para a produção de bens exportáveis como: petróleo, *pellets* de minério-ferro, madeira, papel e celulose, quanto pelo sistema de incentivos do FUNDAP. Ao privilegiar as importações pelo porto de Vitória, é elevado inevitavelmente o número de empresas vinculadas ao comércio exterior, as *tradings*. Essas empresas assumiram alguns dos postos no ranking das maiores empresas capixabas, alterando assim, o caráter produtivo da economia capixaba.

Assim, apesar da queda no crescimento econômico nacional durante a década de 1990, as taxas de crescimento do Espírito Santo foram acima da média, alardeando-se sua capacidade de crescimento enquanto o país apresentava baixo crescimento. A famosa “vocação para o exterior” tornou-se o rumo principal da economia capixaba, pois a maior parte dos investimentos realizados na região ficou concentrada no melhoramento do porto, redes de transporte e energia, ou seja, nos setores voltados para o mercado externo. O aumento de participação do SINDIEX (Sindicato das empresas importadoras e exportadoras) em detrimento do FINDES (Federação das Indústrias do Espírito Santo) é um bom exemplo da “opção” adotada de desenvolvimento.

Há ainda os impactos negativos à arrecadação fiscal pela desoneração do ICMS, no qual limitou a capacidade de gasto público, em contraposição à maior concentração dos recursos retidos na região de Vitória. Dessa forma, o crédito tornou-se cada vez mais restrito e seletivo, privilegiando o grande capital e obstaculizando a capacidade do Estado para agir em benefício de seus contribuintes.

Por fim, analisando-se os impactos dessa “opção” de desenvolvimento, podemos observar o comportamento de alguns indicadores sociais do estado do Espírito Santo. Existiu aumento na renda *per capita* capixaba, passando de R\$ 194,80 em 1991 para R\$ 289,60 em 2000.

Houve ainda a diminuição da proporção de pobres, passando de 41,7% em 1991 para 28,0% em 2000, elevação do IDH, de 0,690 para 0,765 (sendo que o fator que mais contribuiu para esse crescimento foi o fator educação), diminuição da taxa de analfabetismo de 21,5% em 1991 para 14,2% em 2000 e aumento no nível educacional da população infantil e adulta, conforme tabelas abaixo:

Tabela 8: Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade 1991 e 2000.

	1991	2000
Renda per capita Média	194,8	289,6
Proporção de Pobres (%)	41,7	28,0
Índice de Gini	0,60	0,61

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Tabela 9: IDH

	1991	2000
	0,690	0,765
Educação	0,763	0,855
Longevidade	0,653	0,721
Renda	0,653	0,719

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Tabela 10: Nível Educacional da Pop. Urbana Adulta (25 anos ou mais), 1991-2002.

	1991	2000
Taxa de analfabetismo	21,5	14,2
% com menos de 4 anos de estudo	41,2	30,8
% com menos de 8 anos de estudo	72,3	63,5
Média de anos de estudo	4,8	5,9

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Tabela 11:

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% frequentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14	14,9	7,2					84	94,4
10 a 14	6,7	2,4	51,5	33,4			82,3	93,5
15 a 17	5,5	1,9	20,2	9,3	76,6	52,6	53,3	73,9
18 a 24	6,8	2,8	29,5	10,3	61,6	42,9		

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Entretanto, verificou-se um aumento na desigualdade social, evidenciado pela elevação do Índice de Gini, de 0,60 em 1991 para 0,61 em 2000, no qual podemos elencar vários fatores, como: não absorção da população do campo, mercado interno pouco articulado, valorização imobiliária na região de Vila Velha, etc.

4. Conclusões

Dessa forma, podemos concluir, pois, que o processo de “integração competitiva” subordinou o mercado interno capixaba ao movimento do mercado externo, elevando assim, as heterogeneidades estruturais e sociais, como o inchaço da capital Vitória, e aumento das desigualdades, além da ocorrência de fenômenos negativos como a valorização imobiliária de Vila Velha e a formação de grande capital especulativo na RMGV.

Saídas, como o estímulo à Guerra Fiscal, pelo FUNDAP, além de diminuir a capacidade de arrecadação do Estado, fazem com que a maior parte dos recursos fique concentrada na Capital, não sendo distribuído devidamente a todo o estado, conforme suas necessidades.

Além disso, são estimuladas atividades em que o excedente não fica concentrado no próprio estado, pois a maior parte das importações feitas pelo Espírito Santo não são provenientes do próprio estado, e sim de outros, que se aproveitam dos incentivos oferecidos.

Atualmente, ainda privilegiando essa visão voltada para o desenvolvimento da “vocação para o exterior” do estado do Espírito Santo, as previsões de investimento para o período de 2005 a 2010, se direcionam majoritariamente para os setores voltados para a indústria, notadamente a indústria extrativa mineral e de transformação, e também, para infra-estrutura, enquanto que os setores voltados para o mercado interno apresentam menor destaque, refletindo assim, essa “opção” de desenvolvimento.

Assim, concluímos que “a vocação para o exterior” do estado capixaba deve ser melhor analisada. Até mesmo quanto às suas taxas de crescimento, uma vez que o crescimento nacional apresentou-se bem menor do que em outros períodos. Deve-se considerar ainda que a infra-estrutura construída no porto de Vitória é privativa das

grandes empresas, não sendo público o capital social básico formado. Nesse contexto foram excluídas as pequenas e médias empresas da concessão de incentivos e créditos, havendo a clara predominância de setores voltados para o comércio exterior, tornando o Espírito Santo num mero “corredor de exportações”.³

Bibliografia Consultada:

BUFFON, J.A. “O Café e a Valorização no Espírito Santo – aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar”. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 1992.

CANO, W. “Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. 4. ed. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998. 322 p.

FERREIRA, S.P. “Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional – 1840-1960”. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 1987.

GENSERICO Jr., E. “Petróleo e Gás Natural no Espírito Santo”. Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo – ADERES.

IPES. “Investimentos Previstos para o Espírito Santo, 2005-2010 – Relatório Final, 2005”

MOTA, F.C.M. “Integração e Dinâmica Regional: o caso capixaba (1960-2000)”. Tese de Doutorado. Unicamp, 2002.

MACEDO, Fernando César de. Dinâmica regional capixaba – 1960/2003. IN: CAMPOS JR., Carlos Teixeira de (org.), *Transformações socioeconômicas do Espírito Santo: uma abordagem histórica e de manifestações*. Vitória: IHGES, p. 81-109, 2006.

MACEDO, F.C.M. “Quebrando Consensos: apontamentos sobre a economia capixaba”. Revista eletrônica Olhar Crítico (ES), jan. 2006, nº. 13, ISSN: 1808-785X [disponível em www.olharcritico.com.br/olharcritico].

³ “(...) a economia capixaba sintetiza, nesse início de século, um retrato do que o Brasil está se tornando: um neo-primário exportador, com células modernas e dinâmicas ligadas ao mercado externo, mas com uma pesada dívida social que se agrava com a retração vigorosa de seu mercado interno, e com o aumento dos desequilíbrios (intra) regionais”. (MOTTA, F.M., 2003)

PEREIRA, G.H. “Política Industrial e Localização de Investimentos – e o caso do Espírito Santo”. – Vitória: EDUFES, 1998.

ROCHA, H. C. & MORANDI, A. M. “Cafecultura e Grande Indústria – A Transição no Espírito Santo 1955-1985”. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

ROCHA, G. “Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847-1896”. Dissertação de Mestrado. UFF, 1985.

SOUZA F., H. M. “A Modernização Violenta: principais transformações na agropecuária capixaba”. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 1990.

Agência Nacional do Petróleo: www.anp.gov.br

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. (BANDES):
www.bandeonline.com.br

Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás): www.petrobras.com.br

Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (IPES):
www.ipes.es.gov.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): www.ibge.gov.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): www.ipea.gov.br